

Baixo crescimento brasileiro deve perdurar em 2019 em função do mau desempenho do mercado interno e da economia global

RESUMO DO ESTUDO

- O Brasil reunia, em 2017, no contexto pós-crise, diversos fatores apropriados para voltar a crescer a taxas significativas;
- Entraves internos e incertezas atuaram para impedir que as expectativas se transformassem em decisões efetivas de consumo e investimento, fazendo o país crescer a taxas modestas;
- Reforma da previdência é imprescindível para reverter esse quadro de baixo dinamismo econômico; e
- Desaquecimento da economia global será um fator negativo no processo de retomada do crescimento brasileiro, fazendo com que a expansão do PIB nacional tenha de se embasar mais em elementos internos.

O cenário almejado de forte crescimento da economia brasileira se torna mais distante da realidade à medida que os indicadores macroeconômicos apontam para a continuidade de um baixo nível de atividade, deteriorando as expectativas de que 2019 será o ano da recuperação efetiva da produção nacional. Esse processo de quebra, no entanto, teve seus contornos desenhados no próprio processo de recuperação econômica interno bem como no baixo nível de produção da economia global.

A economia apresentava as condições favoráveis para sair da crise...

O período pós-crise¹ reunia diversos fatores para que houvesse a retomada do crescimento econômico. Por exemplo, a inflação corrente encontrava-se estabilizada em patamar inferior ao centro da meta. Em 2017 e em 2018, anos em que vigorava uma meta de 4,50% para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação registrada foi de 2,95% e de 3,75%, respectivamente.

A fraca pressão sobre os preços permitiu ao Banco Central do Brasil (BCB) adotar medidas de expansão monetária por meio da redução da taxa de juros. De fato, a meta da taxa Selic mantida em 6,5% ao ano (a.a.) ao longo de 2018 era a menor dos últimos 22 anos², o que contribui para diminuir o custo de contratação de crédito para a realização de investimentos de forma a incentivá-los.

O mercado de trabalho também apresentava sinais de recuperação com o número de admissões superando as demissões de forma a aumentar o número de vagas com carteira assinada. De acordo com a Secretaria do Trabalho, vinculada ao Ministério da Economia, em 2017, foram criadas 221,39 mil novas vagas formais de emprego, enquanto que, em 2018, esse número alcançou 535,79 mil. Com um maior número de pessoas empregadas, há a tendência de aumento do consumo das famílias que, por sua vez, contribui para o aumento da produção nacional.

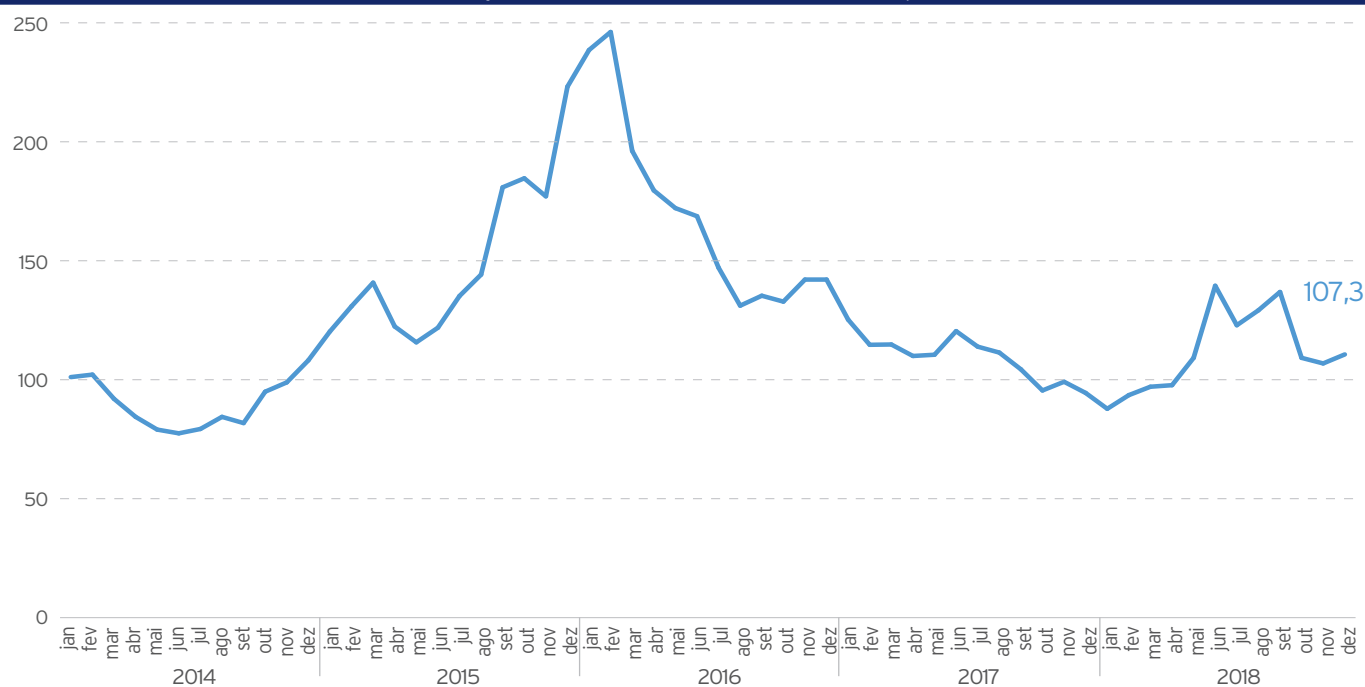
Outro ponto que auxiliou uma melhora dos indicadores de produção é o presente baixo nível de utilização da capacidade instalada apontado pelo uso médio dos fatores de produção³ da indústria de transformação em 2018, 77,6%⁴, inferior ao verificado na média dos últimos 5 anos (79,8%). Inicialmente, seria factível pensar que essa circunstância atrapalharia a realização de investimentos, uma vez que se apresenta como uma oportunidade para uma expansão da produção sem necessidade de adquirir novos equipamentos.

No entanto, é importante lembrar que períodos de recessão normalmente geram defasagens tecnológicas que se traduzem em espaço para a realização de aportes para recompor o capital depreciado. Esse foi o caso da economia brasileira após a crise. Afinal, em 2018, as importações de bens de capital, que são indicadoras de aquisição de máquinas e equipamentos voltados para ampliar a capacidade de produção, alcançaram R\$ 28,59 bilhões⁵, superando em 77,2% o valor atingido em 2017 (R\$ 16,14 bilhões) e em 19,2% a média dos últimos 5 anos⁶ (R\$ 23,99 bilhões).

Dessa forma, o alto grau de ociosidade na estrutura econômica brasileira pode ser identificado como um facilitador do crescimento da produção nacional por não impor limites ao uso da capacidade instalada e nem comprometer o estímulo dado pelos investimentos.

O Risco Brasil⁷, diante da melhora do cenário econômico, diminuiu consideravelmente e, após apresentar alta entre os meses de maio e outubro de 2018 em consequência das incertezas motivadas pelas eleições presidenciais, voltou a cair, estabelecendo-se um pouco acima do nível verificado no período pré-crise⁸. Esse comportamento, mostrado no Gráfico 01, revela que a percepção do grau de instabilidade na economia do país está menor e sinaliza um bom momento para a realização de investimentos. Nesse sentido, não apenas os empresários brasileiros, mas também os estrangeiros, se sentem mais seguros em suas opções de empregar seu capital em negócios no Brasil.

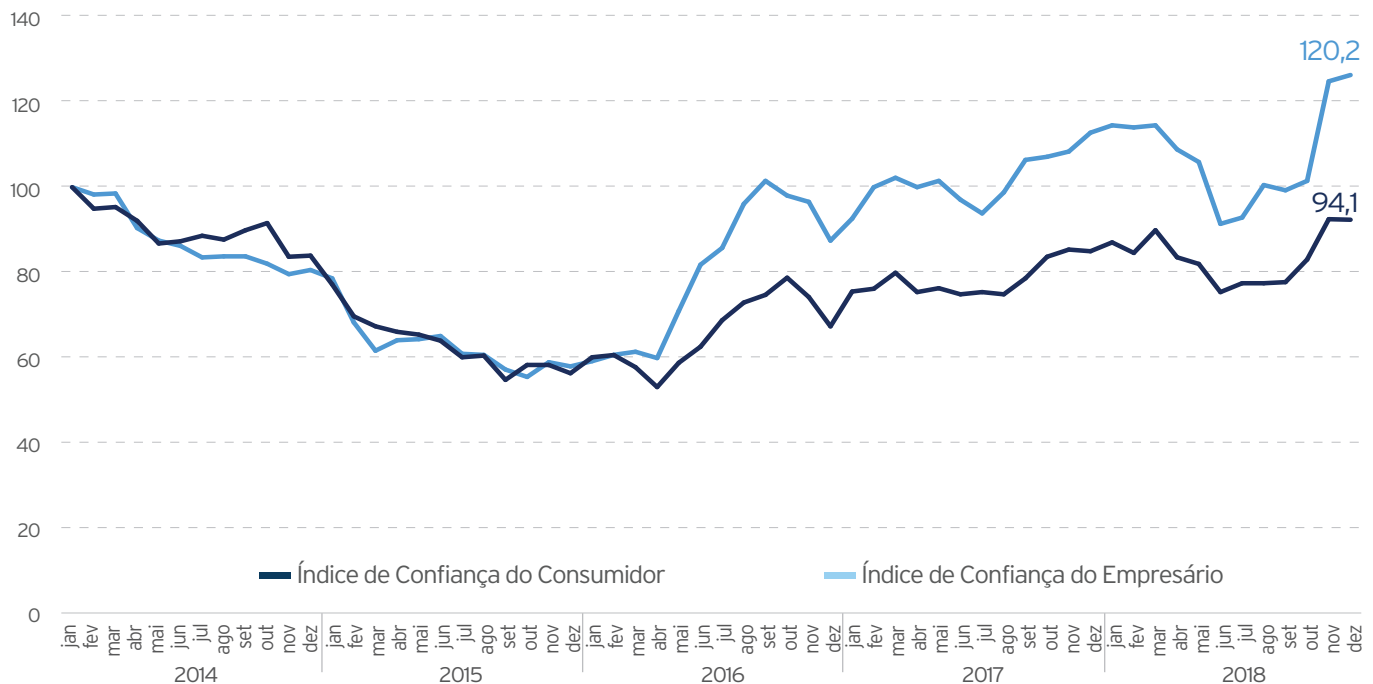
Gráfico 1 - Evolução do Risco Brasil - 2014 a 2018 - Número-índice (jan/2014 = 100)



Fonte: Elaboração CNT com dados do Ipeadata.

A confluência desses eventos animou os agentes econômicos fazendo com que a sua confiança em relação ao panorama atual e futuro aumentasse. Como observado no Gráfico 02, tanto os consumidores quanto os empresários do ramo industrial revelaram uma percepção cada vez mais otimista no que se refere aos rumos da economia brasileira em comparação a que tinham durante a recessão. Em dezembro de 2018, o nível de confiança dos industriais estava 20,2% acima do de janeiro de 2014, período pré-crise, enquanto que a dos consumidores estava quase 6,0 pontos percentuais (p.p.) abaixo do valor de janeiro de 2014.

Gráfico 2 - Evolução dos Índices de Confiança do Consumidor e do Empresário Industrial - Brasil - 2014 a 2018 - Número-índice (jan/2014 = 100)



Fonte: Elaboração CNT com dados da LCA consultores.

Essa crescente confiabilidade é responsável por motivar expectativas de investimento produtivo por representarem a crença dos empresários em uma tendência ao aumento da demanda. Já no que concerne ao comportamento do consumidor, antecipa uma elevação dos gastos das famílias por significarem expectativas de maior renda e elevação do consumo. Ambos os movimentos podem ser interpretados como estímulos à atividade econômica do país.

Assim, o desempenho dos indicadores macroeconômicos de inflação, taxa de juros, mercado de trabalho, capacidade ociosa, percepção de risco e de confiança mostravam uma conjuntura favorável a um maior dinamismo do mercado brasileiro.

...mas não foram suficientes para atingir um crescimento econômico sustentável

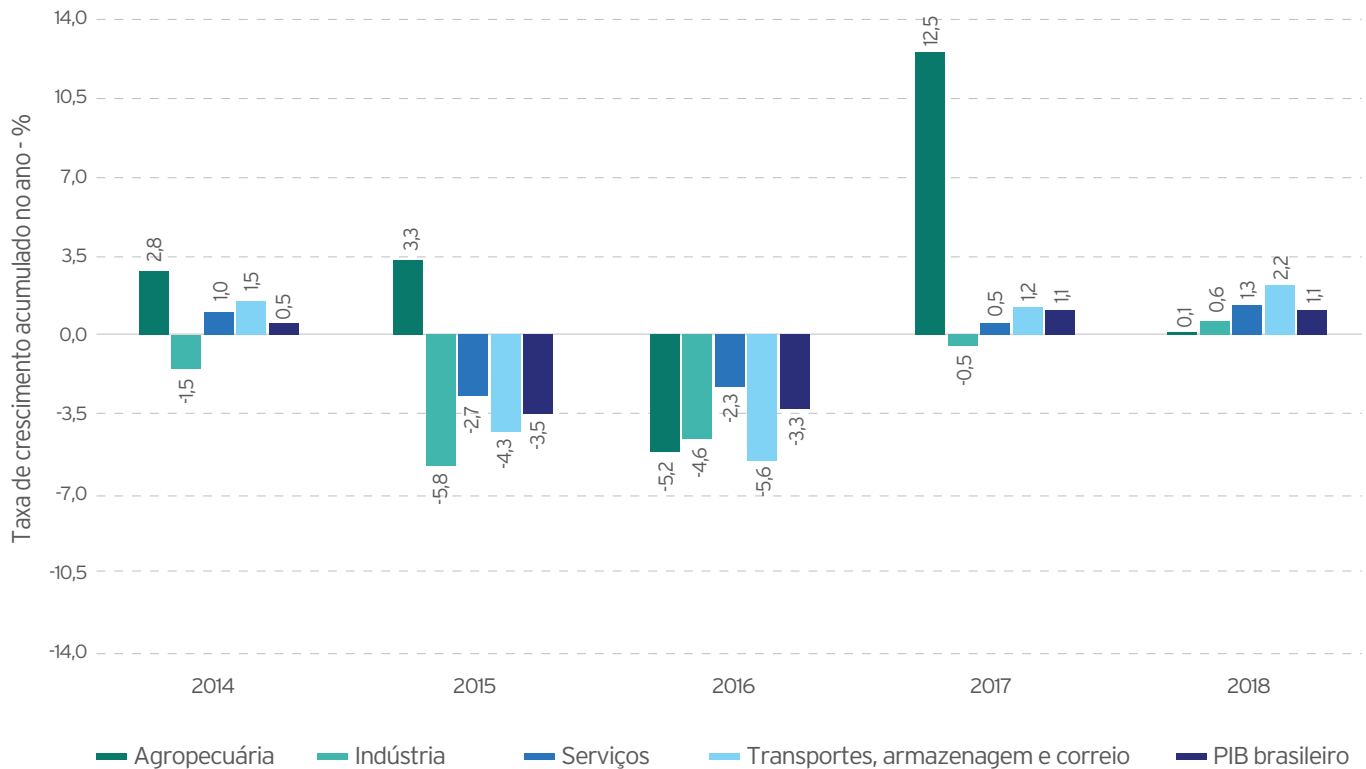
Mesmo na presença de condições propícias, o processo de recuperação, iniciado em 2017, perdeu seu vigor rapidamente, deixando os agentes econômicos em alerta e preocupados.

Entretanto, a situação não os surpreendeu, uma vez que as melhoras alcançadas foram importantes, porém não suficientes para dissipar as incertezas que impedem que as expectativas positivas se transformem em decisões concretas de investimento e consumo. Da mesma forma, é factível conceber que a persistência de um bom desempenho só seria possível mediante a solução dos problemas estruturais da economia.

Afinal, alguns resultados positivos alcançados após o período de recessão estiveram mais relacionados a eventos pontuais e a contribuições setoriais às taxas de crescimento dos indicadores macroeconômicos do que a avanços em solucionar os entraves basilares do mercado brasileiro.

Isso fica evidente no resultado do Produto Interno Bruto (PIB) nacional de 2017, quando a alta da taxa de crescimento acumulada foi motivada, principalmente, pelo desempenho do setor agropecuário em função da safra daquele ano. Isso porque o setor de Serviços apresentou uma renda bruta 0,5% maior e o da Indústria registrou uma queda de 0,5% em relação ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 03).

Gráfico 3 - Taxa de crescimento acumulada no ano do PIB, total e por setor produtivo - Brasil - 2014 a 2018 - %

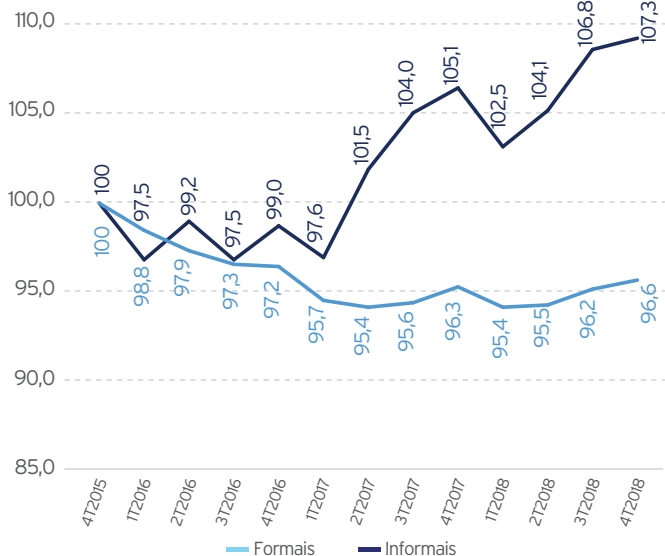


Fonte: Elaboração CNT com dados do IBGE.

Em 2018, na ausência do estímulo dado pelo setor primário⁹ da economia e sofrendo os efeitos negativos da paralisação dos caminhoneiros¹⁰, o Brasil repetiu o desempenho de 2017. Contudo, a contribuição dos setores para esse crescimento foi mais equitativa, mostrando uma melhora mais consistente da economia. Ainda assim, o resultado de 1,1% é encarado como uma estagnação do crescimento e aponta que o país ainda passa por dificuldades para alcançar um dinamismo mais enérgico, além de atuar para desencorajar as apostas na expansão da atividade produtiva do país. O setor transportador, por sua vez, apresentou alta de 2,2% em seu PIB em 2018.

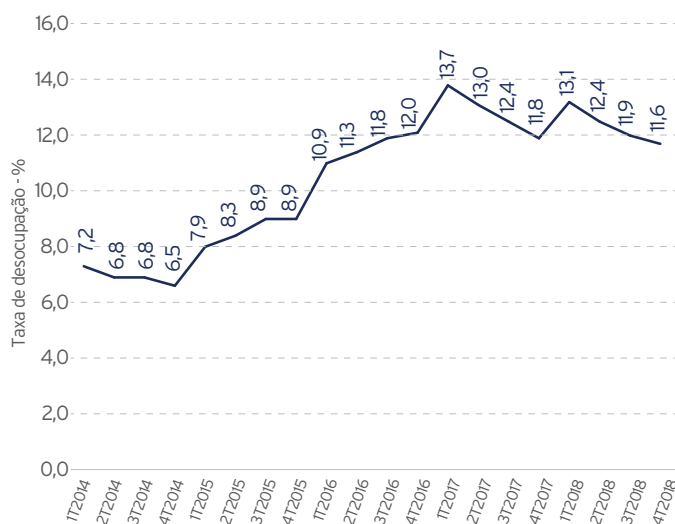
No que diz respeito ao mercado de trabalho, a redução do desemprego foi motivada por um aumento da parcela da população em ocupações informais ou pela dedicação ao trabalho por conta própria. A quantidade de pessoas desempenhando essas atividades informais¹¹ referente ao 4º trimestre de 2018 cresceu 7,3% relação ao 4º trimestre de 2015¹² (Gráfico 04), demonstrando que, apesar de ter havido uma queda no número de pessoas à procura de um trabalho, o movimento não se deu pela absorção da mão de obra excedente pelos setores produtivos da economia.

Gráfico 4 - Evolução do número de pessoas empregadas no Brasil em vagas formais e informais - 2015 a 2018 - Número-índice (4º trimestre 2015 = 100)



Fonte: Elaboração CNT com dados do IBGE.

Gráfico 5 - Evolução da taxa de desocupação brasileira - 2014 a 2018 - %



Fonte: Elaboração CNT com dados do IBGE.

A elevada contribuição do setor informal para a melhora dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro funcionou como um alerta da baixa qualidade do emprego gerado e evidenciou que o ritmo de atividade econômica não estava suficientemente aquecido para incorporar uma parcela maior dos desempregados.

E, ainda que a taxa de desocupação tenha apresentado uma tendência marcada de queda a partir do 1º trimestre de 2017, o percentual de desempregados na economia permanece muito elevado, 11,6% no 4º trimestre de 2018 (Gráfico 05). Nessas circunstâncias, é possível conceber dificuldades para a expansão do consumo e como isso pode impor limites aos estímulos de demanda provenientes dos gastos das famílias para a continuidade ao processo de recuperação econômica. A situação, apesar de preocupante, era prevista.

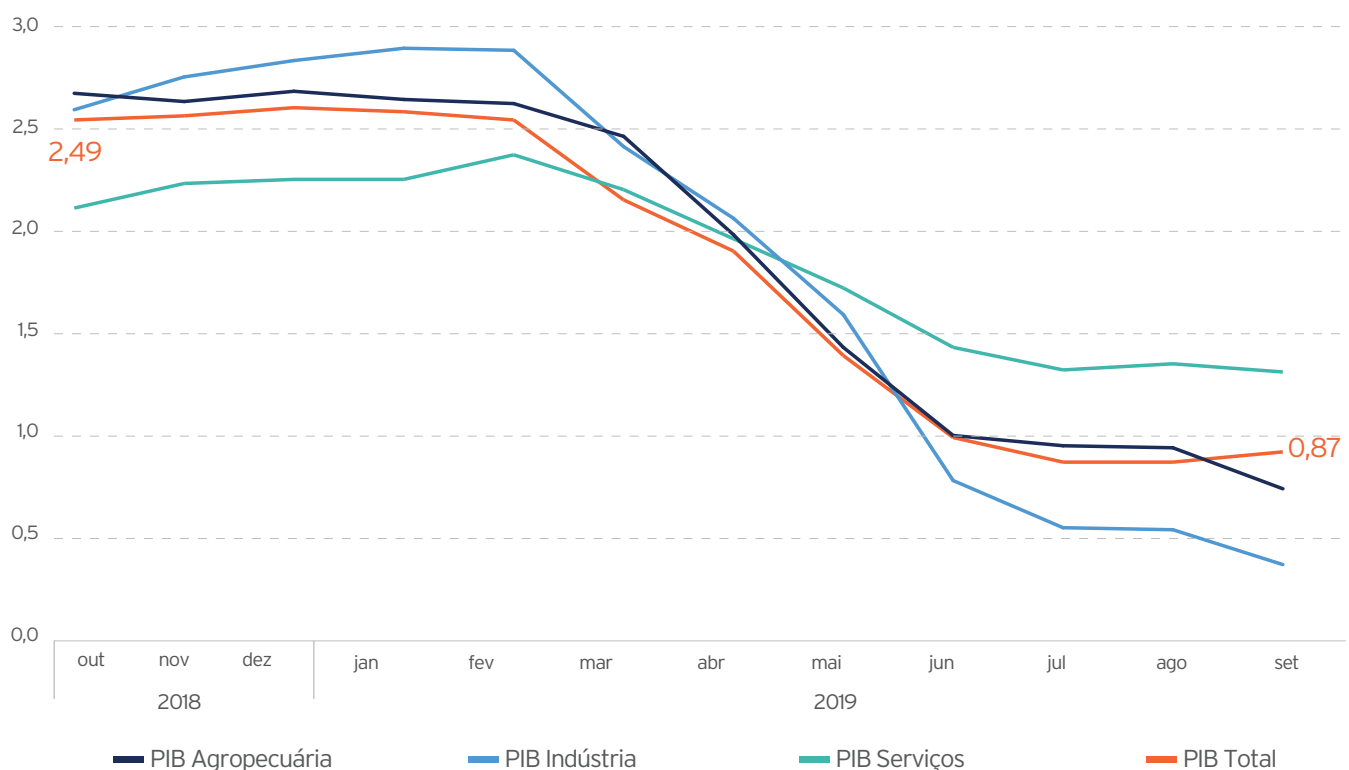
Isto posto, os entraves estruturais na economia brasileira apontados recorrentemente pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) ao longo de 2018, combinados aos fatos apresentados, condicionaram o desempenho econômico do país durante o pós-crise e devem ditar os caminhos percorridos também em 2019.

Agora, o que esperar de 2019?

Na trilha dos acontecimentos do período pós-crise e da contínua frustração das expectativas dos agentes econômicos em função dos avanços alcançados não terem sido capazes de desencadear o desenvolvimento sustentável da economia brasileira, as perspectivas de crescimento para o ano de 2019 sofreram seguidas reduções.

Há 12 meses, em outubro de 2018, as projeções apontavam para um PIB total **2,49%** maior ao final de 2019 em relação ao de 2018. Com a divulgação dos resultados para os principais indicadores econômicos, houve uma acomodação das expectativas de forma que, em setembro de 2019¹³, a expansão esperada para 2019 restringiu-se a **0,87%** (Gráfico 06). O cenário é, então, de manutenção da recuperação da atividade produtiva, mas conservando o ritmo lento observado em 2017 e 2018.

Gráfico 6 - Evolução das expectativas de crescimento do PIB 2019, total e por setor produtivo - Brasil - 12 meses (outubro de 2018 a setembro 2019) - %



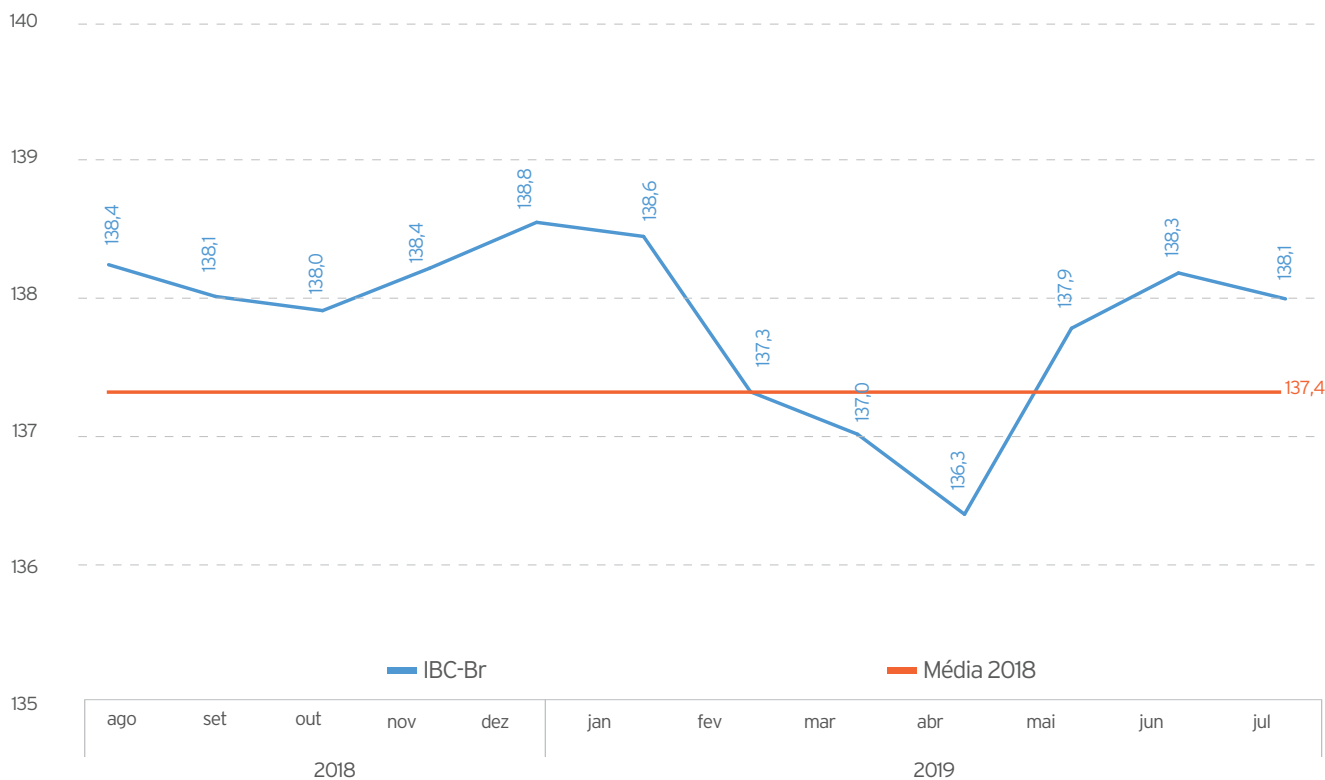
Fonte: Elaboração CNT com dados do Banco Central do Brasil (BCB).

Nesse contexto, o índice IBC-Br¹⁴ divulgado pelo BCB apresentou queda em quase todos os meses de 2019 em relação ao mês imediatamente anterior: janeiro (-0,1%), fevereiro de 2019 (-1,0%), março (-0,3%), abril (-0,5%), maio (+1,2%), junho (+0,3%) e julho(-0,2%)¹⁵. Esses dados anteciparam, assim, o arrefecimento do nível de atividade dos setores da economia que culminou com o recuo de 0,1% do produto bruto brasileiro no 1º trimestre de 2019 em relação ao fechamento de 2018, bem como mostraram uma suave recuperação no 2º trimestre de 2019. Em função da melhora dos indicadores de atividade produtiva nos meses de maio e junho, o PIB brasileiro acumulou, no 1º semestre de 2019, crescimento de 1,0%.

Em julho, no entanto, o IBC-Br voltou a cair, sinalizando uma possível perda de dinamismo que somente será possível identificar com os resultados dos meses seguintes e que ainda não estão disponíveis. Já, se a permanência em uma trajetória de recuperação prevalecer, pode indicar um risco um pouco menor de o país recair em recessão.

De acordo com o Gráfico 07, percebe-se que o mercado esteve em trajetória descendente desde dezembro de 2018 e, somente em maio de 2019, conseguiu atingir um patamar de atividade superior ao índice médio registrado em 2018. Porém, ainda prevalece a expectativa de que o Brasil poderá repetir o crescimento econômico insatisfatório dos últimos dois anos em 2019.

Gráfico 7 - Evolução do índice IBC-Br, com ajuste sazonal - Brasil - 12 meses (agosto de 2018 a julho de 2019) - Número-índice (2002 = 100)



Fonte: Elaboração CNT com dados do Banco Central do Brasil (BCB).

Em compensação, a inflação acumulada permanece controlada e abaixo do centro da meta que, para 2019, é de 4,25%. Entre janeiro e agosto de 2019, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou alta de 2,53%. Mesmo assim, o Relatório de mercado do Banco Central, Boletim Focus¹⁶, aponta que o IPCA deva fechar o ano de 2019 em 3,45%.

A estabilidade do nível de preços da economia tem permitido que o Banco Central segure a taxa básica de juros, Selic, em 5,5% a.a. e com indicação de baixa no curto prazo. Na verdade, o Banco Central tem sinalizado que pode promover cortes na Selic ainda em 2019¹⁷. Porém, a preservação dos juros em percentuais próximos de seus mínimos históricos, apesar de reduzir o custo do crédito, não deve constituir-se em um mecanismo de estímulo econômico por meio de política monetária capaz de, sozinho, colocar o Brasil de volta no caminho do crescimento.

Ao que tudo indica, os setores que são mais sensíveis a esse instrumento já responderam ao impulso dado pela redução da Selic de forma que descontos adicionais não surtiriam efeito sobre a contratação de capital para investimento. Além disso, há uma defasagem entre a adoção dessa política e seu efeito sobre a atividade produtiva do país de forma que ela não contribuiria para que a economia auferisse maiores taxas de crescimento ainda em 2019.

No mercado de trabalho, a taxa de desocupação ainda continua alta, atingindo 11,8% em julho 2019. Considerando trabalhadores formais e informais, houve um aumento de 606 mil vagas no primeiro semestre de 2019 de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad contínua)¹⁸ em relação ao total de empregados no último trimestre de 2018. No entanto, esse aumento no número de empregados foi puxado pela informalidade, principalmente dos empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria.

Os rumos a serem adotados pelo mercado de trabalho dependerão da percepção dos setores produtivos sobre a economia. Logo, os cortes nas projeções de crescimento não contribuem para o aumento no número de contratações, mas, a melhora dos indicadores do nível de atividade, sim. Por isso, é possível que o ano de 2019 seja marcado por um ritmo lento também na criação de novos postos de trabalho.

Tampouco deve-se esperar por um aumento da despesa do governo federal. Após haver registrado um *déficit* primário¹⁹ de R\$ 116,20 bilhões em 2018, o Estado estima que as despesas públicas devem superar em R\$ 139,00 bilhões²⁰ as arrecadações em 2019. As estimativas consideram o cumprimento da regra do teto de gastos imposta justamente para tentar devolver o equilíbrio ao orçamento fiscal, mas limitam a execução das despesas discricionárias, dentre as quais se destacam os investimentos públicos.

Essa orientação tende a prejudicar o setor transportador nacional, uma vez que o já deprimido volume de investimentos em infraestrutura de transporte, que chegou a R\$ 11,03 bilhões em 2018²¹, o equivalente a 0,16% do PIB do país, pode contrair ainda mais. Em 2019, o recurso autorizado para investimentos da União e das Estatais foi de R\$ 10,04 bilhões, o que representa um decréscimo de 9,0% em relação ao valor disponibilizado em 2018²². Esse movimento se dá no sentido contrário ao defendido pela CNT, que estima a necessidade de um aporte mínimo de R\$ 1,67 trilhão em projetos²³ que beneficiam os segmentos rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo, que precisariam ser efetivados a partir de uma combinação de recursos públicos e privados.

Adicionalmente, o aumento da dívida líquida²⁴ da União sugere maiores gastos com os juros da Dívida Pública. As previsões são de que, em 2019, ela atinja 56,10% do PIB brasileiro²⁵. A crítica situação impede que o ente público se utilize das ferramentas de política fiscal como mecanismo de ajuste cíclico, ou seja, que utilize os gastos públicos como forma de fomentar a economia por meio de incentivo ao consumo em momentos de contração do nível da atividade produtiva. Além disso, funciona como uma fonte de incertezas e imprevisibilidade que desencorajam as decisões de investimento e de consumo.

Reforma da previdência pode impulsionar o crescimento do Brasil

A reforma da Previdência é um dos temas mais importantes discutidos no Brasil. Isso porque, de acordo com o Ministério da Economia, o déficit realizado em 2018 atingiu R\$ 265,20 bilhões, dos quais R\$ 113,80 bilhões (42,9%) referem-se ao pagamento de benefícios rurais. A diferença entre a arrecadação e as despesas com as aposentadorias pode atingir R\$ 294,90 bilhões em 2019, ou seja, apresentar um crescimento de 11,2% em relação ao ano anterior.

Nesse sentido, o aumento dos gastos, por serem de natureza obrigatória, comprimem o orçamento federal, comprometendo não só as contas públicas, mas também a sustentabilidade do regime previdenciário brasileiro e, conseqüentemente, as aposentadorias dos trabalhadores nacionais que já fazem jus ao benefício ou daqueles que ainda esperam recebê-lo no futuro.

A proposta em tramitação no Congresso Nacional²⁶ tem o potencial não apenas de diminuir o déficit no pagamento das aposentadorias dos brasileiros, mas também ajudar a sanar o desequilíbrio fiscal nas contas públicas. Sua importância gira em torno justamente da sua capacidade de ampliar a margem fiscal do governo federal, devolvendo ao Estado, no médio prazo, sua gerência sobre a política fiscal e sobre as decisões de realização de investimentos futuros. Ademais, pode atenuar as desigualdades que o atual sistema gera.

O texto encaminhado trará importantes mudanças na forma de cálculo da aposentadoria bem como no tempo de contribuição e a instituição de idade mínima para solicitar a aposentadoria cujo limite será revisto conforme a evolução da sobrevida da população brasileira. Ele institui alíquotas progressivas por faixas de remuneração de forma que aqueles trabalhadores com os maiores salários contribuirão com parcelas mais elevadas, enquanto a criação de um teto único para todos os segurados, sejam colaboradores da iniciativa privada ou servidores, igualará os trabalhadores brasileiros no longo prazo.

Para ter o direito de se aposentar com 100% de seu benefício, o segurado vai ter de contribuir 40 anos para o sistema previdenciário, salvo categorias especiais. Para quem contribuir menos, haverá uma tabela progressiva. A regra vale tanto para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) quanto para o regime dos servidores públicos. A intenção do governo é fazer o trabalhador contribuir por mais tempo a fim de evitar descontos no teto do pagamento das aposentadorias.

Já os que se aposentarem por invalidez só farão jus ao benefício integral se o acidente ocorrido estiver relacionado com a atividade profissional, caso contrário, só terão direito à 60,0% da média salarial. Um resumo por assunto é apresentado na Tabela 01.

Tabela 1 – Resumo das propostas do governo federal para a reforma da previdência por assunto

Assunto	Como é hoje	Como deve ficar*
Previdência	Não há idade mínima na aposentadoria por tempo de contribuição. Na aposentadoria por idade, mulheres precisam ter 60 anos e homens, 65.	Tanto para servidores quanto para segurados do INSS a idade mínima é de 62 anos para mulheres e de 65 anos para homens. A idade pode aumentar quando a expectativa de vida dos brasileiros subir.
Tempo mínimo de contribuição	Mínimo de 15 anos para quem se aposenta por idade. Para quem se aposenta por tempo de contribuição, são 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres.	Mínimo de 15 anos para mulheres e de 20 anos de contribuição para homens para receber 60% do teto do INSS. Para receber 100% do valor médio contribuído, é preciso contribuir por 40 anos. Os homens que já estão trabalhando, o tempo mínimo de contribuição foi reduzido para 15 anos.
Alíquotas de contribuição	Três faixas de contribuição, de 8% a 11% do salário, limitado ao teto do INSS	Alíquota de 7,5% (no caso do salário mínimo) a 11,68% (para quem ganha de R\$3 mil ao teto do INSS).
Cálculo da aposentadoria	Regra de pontos que pondera a idade e o tempo de contribuição	Quem cumpre os prazos mínimos -- 62 anos (mulheres) ou 65 anos (homens) com 15 anos de contribuição para mulheres e 20 anos para homens (os que já estão no mercado tiveram seu tempo reduzido para 15 anos) -- tem direito a 60% da aposentadoria. Para receber 100% do valor médio contribuído, é preciso recolher o benefício por 40 anos. Se passar de 40 anos, recebe mais de 100%, limitado ao teto do INSS.
Sistema de capitalização	Não está disponível	Foi descartada a possibilidade momentaneamente. Poderá ser retomada no futuro. Nesse sistema, cada trabalhador contribui para sua própria aposentadoria.
Servidores públicos	É possível se aposentar por tempo de contribuição (65 anos para homens e 30 para mulheres) ou por idade sendo os limites de 65 e 60 anos para homens e mulheres, respectivamente, para obter o salário integral.	Seguirão as mesmas regras do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), limitando-se o valor do benefício ao teto do INSS. Para os servidores públicos, o tempo de contribuição é de 25 anos para ambos os sexos, com 10 de serviço público e 5 no cargo em que for concedida a aposentadoria
Políticos	Políticos têm regras próprias de aposentadoria e podem se aposentar com a integralidade do salário.	Seguirão as mesmas regras do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), limitando-se o valor do benefício ao teto do INSS. Os parlamentares federais terão de cumprir pedágio de 30% do tempo de contribuição que faltaria para se aposentar com as regras antigas e a idade sobe para 62 anos para mulheres e para 65 anos para homens.
Pensão por morte	Pode acumular pensão por morte e aposentadoria, sendo a pensão 100% do valor da aposentadoria.	Pensão por morte poderá ser inferior a um salário mínimo, a depender do cálculo, se o dependente tiver outra fonte de renda formal. Se for gerada por morte de aposentado, o cônjuge receberá 50% e mais 10% por dependente. Não se encaixa na regra de transição.
Militares	Tempo mínimo de serviço de 30 anos com alíquota de contribuição de 7,5% sobre o rendimento bruto	Tempo mínimo de serviço de 35 anos com alíquota de contribuição cresce gradualmente por ano até atingir 10,5% sobre o rendimento bruto em 2022.
Policiais	Não há requisito de idade mínima, mas exige 30 anos de contribuição (20 anos em atividade policial) para homens e 25 anos (15 em exercício do cargo policial) para mulheres. Prevê proventos integrais.	A idade mínima será de 55 anos, com tempo de contribuição de 30 anos e 25 anos na atividade policial para ambos os sexos. A remuneração seguirá a regra geral. A pensão será integral em caso de morte durante serviço. Para os que estão na ativa, a idade mínima será de 53 anos para homens e de 52 para mulheres, mais o pedágio de 100% do tempo que faltar para os 35/30 anos de contribuição e de 25/15 de atividade policial.
Professores	Há diversas regras, mas de forma geral se aposentam com uma idade mínima inferior e menor tempo de contribuição	No setor privado, a idade mínima será de 60 anos para homens e de 57 para mulheres, e o tempo de contribuição passa a ser de 25 anos. Na União, as regras são as mesmas, mas exigem pelo menos 10 anos de serviço público e 5 no cargo.
Trabalhadores rurais	Pode se aposentar com 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres), com 15 anos de contribuição.	Ficaram de fora.
Trabalho prejudicial à saúde	Pessoas que trabalham em condições insalubres podem se aposentar depois de cumprir 15, 20 ou 25 anos de contribuição a depender do tipo de atividade.	Será instaurado um sistema de pontos (soma da idade com o tempo de contribuição)
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	É pago um salário mínimo integral aos idosos e deficientes de qualquer idade que comprovem baixa renda.	Fica mantida a regra atual com o abono pago para quem ganha até dois salários mínimos
Abono do PIS/Pasep	O abono do PIS/Pasep é pago para quem ganha até dois salários mínimos.	O abono passaria a ser pago para quem ganha até um salário mínimo.
Aposentadoria por invalidez	O aposentado por invalidez recebe 100% da média salarial.	Só receberão 100% da média salarial no caso de acidente de trabalho, doença relacionada à atividade profissional ou doença comprovadamente adquirida no emprego. Caso a invalidez não tenha relação com o trabalho, o beneficiário receberá só 60% da média.

*Considera as novas regras estabelecidas até a votação em primeiro turno no Senado Federal. Fonte: Elaboração CNT com dados da PEC 06/2019 e da Agência Câmara.

A proposta encaminhada pelo governo federal prevê que a instituição dessas novas regras deve gerar uma economia de mais de R\$ 800,00 bilhões em uma década. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), caso seja aprovada a reforma da previdência conforme proposta pelo governo ao Congresso, o espaço fiscal seria aumentado, em média, em quase R\$ 40,00 bilhões por ano. Importante lembrar que esse efeito seria crescente, ou seja, começaria abaixo dessa média e iria ampliando com o passar dos anos.

O impacto fiscal das mudanças, então, poderia favorecer a todos os brasileiros. Isso porque, como o rombo é coberto com recursos que deveriam ser aplicados em outras áreas como educação, saúde, saneamento básico e, principalmente, infraestrutura de transporte, a liberação de recursos tornaria possível iniciar, futuramente, um novo ciclo de investimentos que, por sua vez, destravaria a economia brasileira permitindo-a obter taxas de crescimento mais significativas.

A não aprovação da reforma elevaria a percepção de risco do país por meio do aumento da desconfiança dos investidores sobre a capacidade do país de honrar os pagamentos da dívida pública; da necessidade de aumentar os impostos ou a contribuição dos trabalhadores, o que impactaria a geração de vagas formais de emprego; e da provável suspensão, adiamento ou parcelamento do pagamento dos benefícios de aposentados, pensionistas e servidores inativos.

Somente corrigindo as distorções do sistema previdenciário vigente seria possível melhorar a situação econômica do país. Sem ela, as projeções de crescimento do PIB brasileiro teriam de sofrer cortes mais acentuados, prejudicando o desempenho dos setores produtivos e lançando o país em um novo ciclo de fraca expansão.

Para o setor transportador isso significaria diminuição da demanda pelo serviço prestado por ele e uma degradação mais acelerada da já insatisfatória infraestrutura de transporte brasileira. O resultado, então, seria uma queda de demanda combinada com um aumento do custo operacional, fatores que se reforçariam e inviabilizariam que muitas empresas da categoria continuassem a desempenhar suas funções.

Para os demais agentes de mercado, a aprovação da PEC sinalizaria um movimento efetivo na direção de corrigir as finanças públicas, abrindo espaço para que os empresários brasileiros deem continuidade aos seus planos de investimento e para que os estrangeiros retomem seus projetos com o país de forma a atrair mais capital externo. Nesse sentido, a reforma da previdência conferiria forte impulso para o crescimento do Brasil.

Brasil tem de crescer por fatores internos, pois o mercado externo não ajudará no processo

Diante do baixo ritmo de crescimento dos investimentos e do consumo das famílias no mercado brasileiro, as transações externas poderiam se apresentar como uma alternativa para conferir o impulso que está faltando para a economia do Brasil deslançar. Mas, a atual conjuntura externa aponta para um declínio das relações comerciais internacionais, resultando em desaquecimento das economias ao redor do globo.

A economia global apresenta sinais de contração devido, entre outros fatores, às incertezas em relação à disputa comercial entre Estados Unidos e China; às indefinições quanto à saída do Reino Unido da União Europeia, ao desempenho econômico insatisfatório chinês e, por fim, à crise vivida pela Argentina. A junção desses episódios cria situações que desfavorecem a demanda por produtos importados e acirram o sentimento de insegurança. A percepção de risco mais acentuada se traduz em um menor volume de trocas e em uma menor entrada de divisas nos países exportadores.

Nesse cenário externo adverso, os diferentes acontecimentos pontuados afetam o Brasil nem sempre de uma maneira ruim. Por exemplo, a disputa geopolítica entre Estados Unidos e China, que diz respeito às declarações do presidente Donald Trump sobre o aumento do protecionismo norte americano por meio da elevação das sobretaxas de importação incidentes sobre os produtos chineses, tem o potencial de gerar desvios de comércio em favor dos exportadores brasileiros²⁷.

Isso acontece porque, ao retaliar a medida norte americana, a China elevou as suas tarifas de importação de produtos com origem nos Estados Unidos. Em termos relativos, o custo de aquisição de mercadorias provenientes de outros países tornou-se menor, aumentando, assim, a procura por eles e os preços médios praticados no mercado internacional.

O efeito sobre o preço, por outro lado, gera desconfiança diante do desconhecimento de quanto tempo essas medidas protecionistas irão vigorar e, portanto, sobre a viabilidade de incorrer em investimentos para ampliar a capacidade produtiva para atender a essa demanda adicional. Caso a opção por adicionar capital aos fatores produtivos seja a escolhida e houver uma queda abrupta das cotações, os produtores nacionais poderiam incorrer em um desequilíbrio econômico-financeiro que os prejudicaria severamente. Por isso, essa decisão é difícil de tomar na presença de incertezas latentes.

Para o Brasil, na prática, esse contexto gerou um acréscimo na demanda chinesa por commodities, especificamente, de soja. Considerando apenas as exportações brasileiras dessa oleaginosa para o país asiático, foi possível perceber que o valor acumulado entre janeiro e junho passou de US\$ 14,46 bilhões, em 2018, para US\$ 16,38 bilhões em 2019, o que representa um aumento de 13,2%. No entanto, nos meses subsequentes, houve um arrefecimento das exportações de soja para a China de maneira que, no acumulado entre janeiro e agosto, verificou-se uma queda de 2,9% entre 2018 e 2019.

Ainda considerando os oito primeiros meses de 2018 e 2019, chama a atenção o acréscimo de 456,3% nas exportações brasileiras de açúcar e álcool e de 245,9% nas de cacau e suas preparações. Porém, essa tendência não só se restringiu a produtos de origem agropecuária.

Os produtos manufaturados, que possuem maior valor agregado e que, por isso, são capazes de ramificar mais o seu efeito positivo pelos diferentes setores da economia brasileira, também apresentaram variações positivas nos valores embarcados. Dentre todos os produtos manufaturados da pauta de exportações brasileiras para o país asiático, os produtos têxteis se destacaram ao conseguir elevar sua receita de divisas em 1.242,6% quando comparados o período de janeiro a agosto de 2019 com o de 2018. No entanto, esse produto ainda participa com uma parcela muito pequena do valor exportado para a China, US\$ 416,77 milhões (0,8%).

Indefinições da mesma natureza que as mencionadas no caso da guerra comercial entre Estados Unidos e China são causadas pela eventual saída sem acordo do Reino Unido da União Europeia. Nessa linha, o país europeu perderia suas vantagens comerciais negociadas no âmbito do grupo econômico. Isso faria com que o custo de importação se elevasse no curto prazo, reduzindo o estímulo às compras externas britânicas e, por conseguinte, levando a uma diminuição do envio de produtos brasileiros e de outras nações para o território inglês.

Os efeitos, no Brasil, seriam sentidos na balança comercial, uma vez que o país britânico sozinho foi destino de US\$ 2,99 bilhões das exportações nacionais em 2018, o que representa uma participação de 1,2%²⁸. Ademais, um estudo do Instituto Halle de Pesquisa Econômica (IWH), da Alemanha, alerta que esse impacto sobre as trocas comerciais poderia custar cerca de 10 mil empregos brasileiros, dos quais a maioria estariam ligados ao setor agrícola.

A China tampouco deve escapar do impacto negativo da crise global. A redução da demanda internacional por produtos chineses, assim como o conflito comercial com os Estados Unidos, afetam negativamente a taxa de crescimento do país²⁹. Caso o país mantenha-se em uma trajetória declinante, é factível esperar que haja também uma contração das suas importações. À vista disso, há um risco relevante para a economia global de queda nas cotações das commodities e para as exportações de diversos países.

Os efeitos repercutiriam mal no Brasil, influenciando em diferentes magnitudes o volume exportado das distintas categorias de produtos que compõem a pauta nacional. Isso traz um componente de risco para as estimativas de receita auferida com a exportação brasileira, principalmente pelo fato de a pauta nacional ser focada no envio de produtos primários para o exterior e, especificamente para a China, no embarque de soja, pois, com os preços mais baixos no mercado internacional e um nível de demanda possivelmente mais fraco, a entrada de divisas tende a ser menor.

Por fim, a crise econômica vivida pela Argentina tem sido responsável pela redução dos embarques brasileiros com destino ao país vizinho, principal parceiro comercial da região. Diferentemente do caso chinês, o impacto das dificuldades macroeconômicas argentinas afetou as exportações brasileiras de produtos manufaturados.

De acordo com a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a venda de veículos produzidos no Brasil caiu puxada pelos problemas econômicos da Argentina, o que repercutiu duramente a produção das fábricas de automóveis nacionais.

Esse comportamento se repete em outros setores de forma que o mau desempenho argentino afeta o volume de exportações e atua para deprimir o nível de produção nacional. Frente a uma expectativa de demanda mais baixa, os empresários brasileiros reduzem o nível de atividade das fábricas e as suas perspectivas de investimento. Ao final, isso reforça a tendência de declínio do PIB do Brasil.

Nessa conjuntura, o Fundo Monetário Internacional (FMI)³⁰ projeta que a economia mundial deverá crescer 3,3% em 2019 alavancada apenas pelas projeções de bons resultados de países asiáticos emergentes e em desenvolvimento (Tabela 02). Portanto, a insegurança com o quadro internacional adverso conduz o mercado a tomar atitudes mais protecionistas que degradam a intensidade das trocas internacionais.

Tabela 2 – Projeções de crescimento do Produto Interno Bruto mundial para 2019, por países selecionados - %

Região e País	2018	2019	2020
Mundo	3,6	3,3	3,6
Economias Avançadas	2,2	1,8	1,7
Estados Unidos	2,9	2,3	1,9
Área do Euro	1,8	1,3	1,5
Mercados emergentes e em desenvolvimento	4,5	4,4	4,8
Rússia	2,3	1,6	1,7
China	6,6	6,3	6,1
Índia	7,1	7,3	7,5
América Latina	1,0	1,4	2,4
Brasil	1,1	2,1	2,5
México	2,0	1,6	1,9

Fonte: Elaboração CNT com dados do FMI.

O clima ruim no exterior compromete a expansão das exportações brasileiras, pois, com uma menor renda disponível, menor é a predisposição a comprar e a investir. As projeções induzem a expectativas de menor entrada de divisas no país e, conseqüentemente, um saldo de balança comercial mais modesto. Sendo o resultado comercial externo um importante componente das contas nacionais, é de se esperar que um desempenho módico não seja capaz de fomentar a produção total da economia nacional.

Considerações finais

A visão global do ambiente macroeconômico evidencia que existem fatores internos e externos atuando para que o nível de atividade produtiva do Brasil encontre dificuldades para atingir taxas de crescimento mais expressivas. Dessa forma, eles colaboram para que as expectativas sejam repetidamente frustradas, minando a possibilidade de o país sair do ciclo vicioso de baixo ritmo econômico em que ele se encontra.

A solução dos entraves internos demanda a solução do problema de desequilíbrio fiscal das contas do governo que, por sua vez, depende da aprovação da reforma da previdência e das economias em termos de pagamento de benefícios a ela atreladas. Isso porque dificilmente o país voltará a registrar taxas de crescimento mais expressivas baseadas apenas no estímulo ao consumo das famílias, dado o alto nível de desemprego do país, e no uso de política monetária expansiva, já que o juro básico da economia (Selic) já se encontra em níveis bastante baixos.

Tampouco deve-se se esperar por uma ajuda externa. Isso porque a economia mundial está desaquecida e, portanto, impossibilitada de fomentar o crescimento da produção brasileira via aumento das exportações destinadas a atender à demanda internacional. O cenário é, da mesma forma, desfavorável à realização de investimentos, o que deve impactar a entrada de recursos estrangeiros no território brasileiro.

Assim, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) chama a atenção para o fato de que é preciso resolver os entraves que estão impedindo o país de voltar a apresentar o dinamismo necessário para que os setores produtivos consigam retomar seus investimentos, voltem a contratar mão de obra e cresçam. O setor de transporte está preparado para colaborar nesse processo e, assim, também se beneficiar do aumento da demanda pelos seus serviços.

¹A recessão econômica encerrou-se em 2017, quando o PIB brasileiro apresentou crescimento de 1,10% após ter apresentado variação negativa de 3,5% e 3,3% em 2015 e 2016, respectivamente.

²Na série histórica da meta da taxa Selic iniciada em 1996, o valor de 6,5% a.a., praticado de março de 2018 a julho de 2019 era o menor verificado desde novembro de 1997, quando os juros praticados como referência para a economia brasileira eram de 2,9% a.a.. No entanto, de julho de 2019 a setembro, o Banco Central adotou como meta da Selic o valor de 6,0% a.a. e, ainda em setembro, a reduziu para 5,5%a.a..

³Em economia, fatores de produção são o conjunto de elementos indispensáveis a um processo produtivo, seja ele de um bem ou serviço. Normalmente, considera-se fator produtivo a terra, o trabalho e o capital, esse último entendido como os recursos financeiros empregados para viabilizar a atividade.

⁴Valor publicado pela Sondagem Industrial, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

⁵Se desconsiderássemos as importações de plataformas de perfuração ou de exploração, flutuantes ou submersíveis, comumente utilizadas na prospecção de petróleo e que viesam para cima a entrada de bens de capital no país realizadas em 2018 (R\$ 4,39 bilhões), o valor do investimento passaria para R\$ 24,20 bilhões enquanto os percentuais ficariam em 50,0% e 0,9%, respectivamente.

⁶Período compreendido entre 2013 e 2017.

⁷O Risco Brasil é um índice baseado nos bônus (títulos de dívida) emitidos pelos países emergentes que mostra os retornos financeiros obtidos em relação aos títulos emitidos pelo Tesouro americano. A diferença nos juros pagos representa o risco de se investir no país.

⁸Considera o valor base de janeiro de 2014.

⁹O setor primário é o conjunto de atividades econômicas que extraem e/ou modificam matéria-prima. Isto implica, geralmente, a transformação de recursos naturais em produtos primários. As atividades importantes neste setor incluem a agricultura, a pesca, a pecuária e a mineração em geral.

¹⁰Para mais informações sobre como a paralisação dos caminhoneiros impactou o desempenho econômico do Brasil, acesse file:///C:/Users/jessicafigueiredo/Downloads/Baixo%20n%C3%ADvel%20de%20atividade%20e%20lento%20crescimento%20marcam%20a%20recupera%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20no%20Brasil_.pdf.

¹¹Foram considerados trabalhadores informais aqueles que, no período, estavam classificados como “empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico, sem carteira de trabalho assinada”; “trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada”; “empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário sem carteira de trabalho assinada”; “empregador sem CNPJ”; “trabalhador familiar auxiliar”; e trabalhador por “conta própria sem CNPJ”.

¹²As comparações seriam mais informativas se estivessem em relação ao 1º trimestre de 2014, período que marca oficialmente o início da recessão brasileira. No entanto, é apenas no 4º trimestre de 2015 que o IBGE passa a divulgar as informações de forma desagregada que permitiram a separação dos empregos em formal e informal.

¹³Referência até 19 de setembro de 2019.

¹⁴O Índice de Atividade Econômica do Banco Central - Brasil (IBC-Br) tem como objetivo mensurar a evolução contemporânea da atividade econômica do país e contribuir para a elaboração de estratégia de política monetária. Trata-se de um dado de periodicidade mensal e que, por diferenças metodológicas, não pode ser considerado como o desempenho do PIB do país.

¹⁵Série dessazonalizada.

¹⁶Boletim Focus de 13 de setembro de 2019.

¹⁷O Boletim Focus, de 13 de setembro de 2019, aponta que o mercado brasileiro espera uma Selic de 5,0% em 2019.

¹⁸Pesquisa divulgada pelo IBGE.

¹⁹O Déficit Primário representa o valor gasto pelo Governo que excedeu o montante arrecadado no período, sem considerar a despesa realizada com o pagamento dos juros da dívida pública e a correção monetária. Em outras palavras, ele é uma indicação da capacidade de o Governo honrar com seus compromissos.²⁰Meta fiscal do governo federal para 2019.

²¹Considera os investimentos da União e das Estatais.

²²Em dezembro de 2018, estava autorizado o investimento de R\$ 11,03 bilhões em infraestrutura de transporte, considerando os orçamentos da União e das Estatais.

²³Para mais informações, acesse o Plano CNT de Transporte e Logística 2018 em <https://plano.transporte.cnt.org.br/>.

²⁴A dívida líquida representa o endividamento do Governo Federal. Ou seja, o montante de dinheiro necessário para que a União salde todas as suas obrigações financeiras, a diferença entre o que se deve e a quantidade de recursos pecuniários disponíveis para saldá-lo.

²⁵Boletim Focus de 13 de setembro de 2019.

²⁶A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 06/2019 modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. O texto, atualmente (outubro de 2019), está sendo avaliado no Senado.

²⁷De acordo com o Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), há estimativas de que o Brasil capture cerca de 3,8% do comércio entre EUA e China.

²⁸A União Europeia quando considerada em conjunto, por sua vez, é o segundo principal destino das exportações brasileiras.

²⁹A economia chinesa cresceu 6,6% em 2018 após esforços das autoridades para conter a desaceleração vivenciada ao longo daquele ano e, de acordo com o Departamento Nacional de Estatísticas (BNS) do país, a renda bruta interna apresentou alta nominal de 8,1% no primeiro semestre de 2019 em relação a igual período de 2018 em valores correntes.

³⁰Valores referem-se ao World Economic Outlook (Panorama da Economia Mundial) do mês de abril de 2019, o mais recente disponível.